

## **Mulheres em movimento: Espaço privado e público nos anos 40 e 50 em Araguari**

**Gilma Maria Rios - Lanna Silva Amorim**

Instituto Master de Educação Presidente Antônio Carlos. Brasil

Neste texto, tratamos do movimento das mulheres nos espaços privado e público da cidade de Araguari, localizada no Estado de Minas Gerais. O período selecionado para análise, as décadas de 1940 e 1950, corresponde àquele em que incidem o fim da Segunda Guerra Mundial e a reformulação dos lugares ocupados por homens e mulheres no espaço social, inseridos no seio das contradições determinações da sociedade do capital.

Como fonte de pesquisa utilizamos a Revista Ventania e o jornal Gazeta do Triângulo, ambos produzidos em Araguari. Tomamos, como ponto de partida, o seguinte problema de pesquisa: de que forma as mulheres estavam, em Araguari, afrontando as normas sociais vigentes para alcançarem a tão esperada conquista da igualdade de direitos nas esferas pública e privada?

Nesse sentido, vale ressaltar que partimos do pressuposto de que as noções de feminino e masculino não são categorias naturais, universais, inatas e determinadas somente pelo desenvolvimento biológico, mas, sim, construções históricas e culturais. Destacamos, ainda que cada contexto social produz múltiplas culturas, a partir da qual emergem as concepções sobre espaço privado, espaço público e a respeito dos papéis das mulheres e dos homens em determinada sociedade. Desse modo, essas definições são mutáveis, encontrando-se em meio a constantes processos de luta e negociações.

Ao analisar os discursos apresentados nos documentos examinados foi possível enxergar as histórias das mulheres no contexto em que viveram, bem como sua real posição na sociedade. Assim, tal pesquisa possibilitou uma desconstrução do sentido negativo atribuído às personagens

em questão e, ao mesmo tempo, a redefinição dos cenários desenhados pela Igreja, pela burguesia, pelos médicos, enfim, por uma trama de interesses. Foi possível, portanto, desvelar tais articulações, empreendidas de modo, por vezes, imperceptível, mas que acabam ditando as definições de homem, mulher e os papéis sociais designados a ambos.

Em vista disso, este trabalho foi realizado com base na ideia de que não existe uma natureza feminina, mas uma cultura em que, durante séculos, as mulheres foram encaradas como seres naturais. Mulher e homem são, então, conceitos produzidos, tendo em vista relações de poder e de hierarquia socialmente construídos.

Nesse sentido, as teóricas feministas cunharam o conceito de gênero para dar conta da entrada das mulheres no domínio público. A vantagem da categoria de gênero é exatamente permitir, e mais, estabelecer que o estudo e a análise sejam feitos sem definições preestabelecidas com relação aos significados ligados às diferenças sexuais. Vale ressaltar, ademais, que uma narrativa histórica nunca é neutra, e quando relata acontecimentos em que só existem homens, certamente constrói o gênero.

No Brasil, os estudos de gênero têm sido tomados como objeto de análise por diferentes áreas das Ciências Sociais e Ciências Humanas, cujos estudos conferem visibilidade e legitimidade aos processos sociais de participação das mulheres brasileiras em diferentes espaços e tempos históricos. Porém, alguns intelectuais subestimam a importância da discussão de gênero para entendimento da aceitação de determinados discursos e práticas sociais que violentam física ou psicologicamente mulheres e homens, provocando desqualificação e desprestígio do arcabouço teórico produzidos nas últimas décadas.

Assim, mesmo reconhecida pela academia, a história das mulheres passou a ser apreendida, muitas vezes, como um assunto de mulheres, especificamente de feministas, ou como uma história que diz respeito aos aspectos privados da casa, da família, da reprodução e do sexo, em oposição ao que realmente importaria à história, que é o domínio público da existência. A guerra, a economia, a política e outros temas nobres não teriam, desse modo, qualquer relação com as questões de gênero.

Esse tipo de pensamento acadêmico sobre gênero e questões ligadas às mulheres reforça, ainda hoje, um estereótipo que desqualifica as mulheres que se empenham em lutar pela autonomia e melhoria da condição feminina. Ademais, ao interferir na constituição do imaginário social e sexual, esse tipo de concepção permite justificar a exclusão das mulheres de inúmeras atividades políticas, econômicas e sociais, estigmatizando aquelas que se colocaram na oposição e, ao mesmo tempo, mantendo inalteradas as formas de dominação masculina.

Isto posto, e segundo Raewyn Connell,

Precisamos melhorar a forma como as análises de gênero têm sido feitas. Boa parte da pesquisa sobre gênero se baseia numa abordagem fundamentalmente estática e categórica. Segundo essa abordagem, o gênero envolve duas categorias, masculino [male] e feminino [female], e falar em gênero é falar sobre as diferenças entre essas categorias<sup>1</sup>.

Nesse sentido, a epistemologia de gênero aponta para a necessidade da descentralização da atenção majoritária à masculinidade no pensamento e nas práticas sociais. Tal epistemologia direciona, ainda, a constituição de uma esfera pública autônoma, promovendo um deslocamento radical de perspectiva, ao assumir, como ponto de partida nas análises, o direito dos grupos marginalizados de falar e representar-se nos domínios políticos e intelectuais.

Trata-se, portanto, de se opor aos controles que, na maioria das vezes, excluem e usurpam as funções de significação e representação das realidades históricas dos grupos à margem. Evidentemente, são muitos os problemas que emergem a partir de então, mas, sem dúvida alguma, a visibilidade alcançada pela questão de gênero não deixa de ser um ponto de partida importante para o exame do silenciamento e da exclusão social das mulheres do mundo público.

Ainda quanto à abordagem do estudo, vale destacar que, de acordo com Silvio Gamboa<sup>2</sup>, existem múltiplas maneiras de relacionar o sujeito e o objeto da pesquisa, no que se refere ao proces-

---

<sup>1</sup> Connell. Gênero em tempos reais.2016, p. 29-30.

<sup>2</sup> Gamboa. Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. 2009, p. 84-107.

so de pesquisa e de sistematização do conhecimento. Tendo isso em vista, compreende-se a importância da teoria de gênero para que possamos mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos. Temos que examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar as nossas hipóteses e explicar como pensamos que a mudança se dá. Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber práticas ligadas entre si que não poderiam ser separadas.

Nesse sentido, Carla Bassanezi<sup>3</sup> aponta que,

uma das propostas da História preocupadas com gênero é entender a importância, os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos.

Há de se notar, então, que as pesquisas sobre gênero têm grande impacto na teoria que analisa as mulheres e os homens no espaço público e privado. Isso ocorre pelo fato de o termo gênero aludir à institucionalização social das diferenças sexuais; ele supõe uma análise criada por aquelas e aqueles que não acreditam que as desigualdades e diferenças sexuais sejam naturais, mas, sim socialmente construídas.

É preciso notar, também, ainda quanto às escolhas realizadas neste trabalho, que o maior sustentáculo de toda discriminação baseada no sexo- e ponto de partida para qualquer estudo feminista fundamenta-se na dicotomia público/privado. A crença liberal assegura, que essas duas esferas estão divorciadas, quando são, de fato, interligadas e interdependentes.

De acordo com Susan Okin<sup>4</sup> (2008), há uma persistência das principais correntes da teoria política em negligenciar o gênero. Essa omissão ocorre ainda que muitas sejam as argumentações dos estudos feministas a esse respeito, questionando a separação da mulher em relação à esfera pública e/ou política.

---

<sup>3</sup> Bassanezi. Virando as páginas, revendo as mulheres. 1996, p. 20

<sup>4</sup> Okin. Gênero: o público e o privado. Revista estudos de gênero, 2008, p. 307-311.

Segundo Ana Alice Costa<sup>5</sup>, a dicotomia público/privado ignora as situações familiares em que as mulheres se encontram como aquelas que detêm o controle do poder e da autoridade. Para a autora, isto se dá porque há a exclusão da mulher do exercício da cidadania, espaço construído com base num modelo masculino e voltado para os interesses dos homens. É nesse contexto, ademais, que determinados procedimentos produzem e fazem circular enunciados que se ocupam em isolar e formular regras para as práticas femininas.

Deste modo, não podemos perder de vista o fato de que o conhecimento histórico não é apenas um simples comentário das modificações nas organizações sociais ao longo do tempo. Tal conhecimento configura-se, também, como um instrumento que comunica a produção do saber sobre estes condicionamentos.

Fica evidente, perante esta perspectiva, que o conhecimento histórico não documenta as reais e únicas condições vivenciadas por homens e mulheres ao longo do tempo. Trata-se, ao contrário, de um aspecto que proporciona um modo de compreensão e uma contribuição ao processo por meio do qual o gênero é produzido e torna-se fruto de reflexões e experiências que ajudam a mudar pensamentos, possibilitando novas direções para a pesquisa.

Dessa forma, ponderando sobre o estudo da história das mulheres, podemos perceber os seus avanços, sem perder de vista os seus limites. Ressalta-se, então, a urgência de que questões mais profundas sejam discutidas, entretanto, somente o caminho que a “história das mulheres” havia aberto não seria suficiente. Logo, é na busca por aprofundar discussões e analisar mais rigorosamente a maneira como a mulher é apagada no processo de produção do conhecimento histórico que desponta, de acordo com Joan Scott, o conceito de “gênero como categoria útil de análise”.

Para a autora<sup>6</sup>,

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução

---

<sup>5</sup> Costa. La mujer en el poder local en Bahia/Brasil. Tese (Doctorado en Sociología), 1995, p.24-29.

<sup>6</sup> Scott. Gender: a useful category of historical analyses. 1989, p. 1057-1059.

ção autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica.

Apreende-se, dessa observação, que as possibilidades para os estudos históricos realizados pelas teorias feministas são inúmeras e profundamente instigantes. Há, por exemplo, a possibilidade de desconstrução dos temas e interpretações masculinos, em face às novas propostas de se falar femininamente das experiências do cotidiano, da micro-história, dos detalhes, do mundo privado, rompendo com as antigas oposições binárias e de dentro, buscando respaldo em outras áreas de estudo, incorporando a dimensão subjetiva do narrador.

Como outras correntes de pensamento, a teoria feminista indica que se pense a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico. Desse modo, a dimensão simbólica, o imaginário social e a construção dos múltiplos sentidos e interpretações no interior de uma dada cultura passam a ser priorizados em relação às explicações econômicas ou políticas.

Numa crítica à sociedade machista, refletindo sobre um possível cenário em que homens e mulheres tenham oportunidades iguais e desmontando a hierarquia construída historicamente, Ana Colling<sup>7</sup> concebe que o “pensamento feminista da diferença sugere a multiplicidade, a heterogeneidade e a pluralidade e não mais a exclusão binária”. Diante disso, ao trabalharmos com a história das mulheres, é necessário que a entendamos como portadora de relações de poder e saber, detentora de discursos e de silêncios, por sinal, muito bem construídos, eficazes e duradouros, como podemos constatar por meio da seguinte fala:

Uma profissão deve ser aspiração de cada homem ou mulher. Não há muito tempo; à mulher só se reservava a casa, destinando-se lhe, como profissão, as lides domésticas. Ao homem, destinava-se as outras profissões, notadamente, as liberais e os ofícios. Vez por outra, a mulher se ocupava de arte, como a

---

<sup>7</sup> Colling. Tempos diferentes, discursos iguais. 2014, p. 31.

dança e a música. E estas artes, nem sempre lhes foram profissionais, meio de vida<sup>8</sup>.

O artigo de que é parte o excerto acima, escrito por J. Alamy, circulou pelo espaço social, em Araguari, na década de 40, espalhando representações do masculino e do feminino, “verdades absolutas” sobre o papel das mulheres na sociedade, as normas sociais e da natureza dos sexos. Destacamos, com isso, que as relações homem-mulher são definidas pelas maneiras como as pessoas dão significado e interpretam suas experiências, em épocas e contextos determinados.

Como se pode perceber, a questão de gênero está ligada à forma como a sociedade cria os diferentes papéis sociais e comportamentos relacionados aos homens e às mulheres. As relações de gênero criam padrões fixos do que é próprio para o feminino e para o masculino e reproduzem essas regras como um comportamento natural do ser humano, criando condutas e modos únicos de se viver sua natureza sexual. Nesse sentido, quando há comportamentos que não acatam e seguem os modelos prescritos, há a incidência de artigos com mensagens de reprovações e conselhos para que a moral seja restabelecida, como podemos constatar com a publicação abaixo.

Com efeito, a licenciosidade tornou-se hábito predileto da mocidade mesalínica. Essa liberdade excessiva que é dada à mulher, nesta época, tem acarretado lágrimas amargas a muitos lares honestos. Onde o elemento frágil prevarica, desmorona-se o pedestal sublime da honra, da grandeza moral<sup>9</sup>.

Mesmo com todas as mudanças que estavam ocorrendo no pós-guerra, principalmente a mudança do comportamento feminino, com a intensificação da sua participação no espaço público, atitudes ainda eram vistas como desviantes, ameaças a moral estabelecida e as relações de gênero mantidas. Ocupando sempre o papel de subordinada, a mulher, ao longo dos anos e desde o início da civilização, sofreu com a opressão e discriminação em razão do gênero, pela forma como a sociedade compreende seu papel, limitando-as às funções de filha, futura esposa e mãe dedicada. Nesse sentido, vale destacar,

---

<sup>8</sup> Alamy. Profissões. Revista Ventania, 1955, p.18.

<sup>9</sup> Aquino. Coisas que não convém dizer...Gazeta do Triangulo, 1944, p. 3.

ainda, que a mulher casada necessitava sempre da autorização do marido para dar eficácia a seus atos no âmbito civil.

Constatamos, pela fala transcrita acima e por outras mais registradas no objeto de pesquisa - no Gazeta do Triângulo e Revista Ventania -, que as mulheres araguarinas estavam quebrando regras, à medida que o objetivo da crítica era garantir a ordem moral e as desigualdades de gênero. De uma forma ou de outra, as jovens em Araguari participaram ativamente da reformulação dos significados de gênero, resistindo ou contrapondo-se às representações fixas, de “moça de família”, “boa moça” etc.

Além disso, cabe observar que profundas transformações, fortalecidas pelas lutas das mulheres, proporcionaram uma facilitação da entrada no mercado de trabalho e fizeram com que elas tivessem uma maior atuação na vida pública. Sendo assim, a partir do período em questão, fatores como a redução do número de filhos nas regiões mais desenvolvidas do Brasil e o aumento do nível de escolaridade, com um maior ingresso feminino em universidades, contribuíram decisivamente para a evolução das mulheres no mercado de trabalho.

Essas jovens, rotuladas como “licenciosas” e “messalínicas”, representavam possibilidades de alterações dos vários valores tradicionais, enquanto os conservadores responsabilizavam todos aqueles que concordavam, transmitiam ou divulgavam mudanças no modo de agir e se expressar da juventude. Diante disso, as alterações nos comportamentos femininos, suscitaram embates com os seguidores dos antigos valores, que os classificavam negativamente as novas atitudes, delimitando-as à esfera do “proibido”. Dessa maneira, os artigos publicados na Revista Ventania ou no jornal Gazeta do Triângulo reforçam estereótipos que não deveriam ser seguidos ou vivenciados por “moças de família”.

A juventude araguarina acompanha, a seu modo, algumas das tendências internacionais e nacionais de mudanças nas práticas sociais, recebendo os rótulos de “rebeldes sem causa” para os moços e “pobres filhas de Eva” para as senhoritas. Contudo, o que importa é assinalar a possibilidade histórica de vários tipos de insubordinação juvenil como um sinal de mudança e, mais ainda, de fortalecimento de uma nova identidade jovem, com consequências sociais significativas para a sociedade araguarina.



Ao notarmos que se diziam que as mulheres em Araguari queriam ser homens por desejarem jogar futebol, fumar charuto haviana em público, beber uísque e se embebedar, constatamos que os comportamentos “impróprios”, desviantes, ameaçam as normas e papéis tradicionais de gênero. Há, pois, um discurso negativo, que apresenta as mulheres, ainda, como criaturas indiscretas, inconsequentes, impudicas, que necessitam, por isso, ser dirigidas, controladas, já que, de acordo com alguns redatores da revista e do jornal local, “*não lhes agrada mais serem as delicadas flores do lar, os anjos das famílias*”.

Esses tipos de discursos serviram para reforçar e justificar a situação de inferioridade em que o sexo feminino foi colocado, pois estão implicados na construção e na implementação de significados nas sociedades, instituindo regimes de verdade. Isto é, cada sociedade acolhe um tipo de discurso como verdadeiro, e a nossa “verdade” está centrada nele e nas instituições que o produzem.

Para Veiga-Neto<sup>10</sup>,

São os enunciados dentro de cada discurso que marcam e sinalizam o que é tomado por verdade, num tempo e espaço determinado, isso é, que estabelecem um regime de verdade. Assim Deleuze resume essa questão: ‘A verdade é inseparável do processo que a estabelece’.

As mudanças na sociedade brasileira tiveram, obviamente, influência sobre o cotidiano dos habitantes de Araguari. Assim, elas influíram igualmente sobre a forma profissional das mulheres, no modo de classificar as atividades em femininas e masculinas, observando-se, a partir de então, a mulher no trabalho fora de casa.

Diante das mudanças que estavam ocorrendo, os mais conservadores fazem alertas ao rumo que as mulheres seguiam; para eles, era a contramão das relações sociais de gênero. Um dos alertas estava relacionado com a procriação feminina, uma vez que as mulheres estavam transitando pelo espaço público e deixando de se dedicarem exclusivamente ao lar. Nesse caso, recai sobre elas o discurso de que “nunca a mulher foi tão imprescindível no lar como em nossos tempos”, e “nunca a mulher, em tempo algum,

---

<sup>10</sup> Veiga-Neto. Foucault & a Educação. 2016, p.101.

precisou de mais inteligência e força moral para ser dona de casa como em nossos dias”.

Nesse sentido, de 1940 a 1950, tanto o jornal local como Revista Ventania, estavam preocupados com as mudanças na estrutura e dinâmica das famílias – redução da fecundidade, separações conjugais e o avanço das mulheres no mercado de trabalho. Segundo Porto<sup>11</sup>, redatora de um número expressivo de artigos da Revista Ventania,

Estamos atravessando uma das terríveis épocas do mundo moderno, no que se refere à evitação de filhos. Basta dizer que são inúmeras as senhoras que deixam de tê-los, de cria-los, de amá-los, evitando-os de maneira estarrecedora.... Pense bem, minha amiga; evitar filhos, por causa de um capricho fútil, de uma vaidade banal, além de clamar contra os céus e contra a natureza, poderá ser a causa da ruína de seu casamento, da infelicidade de seu consorte, pois eles são a maior riqueza de seu lar, as sementes dos belos sonhos da vida conjugal e a glória de nossa passagem sobre a terra. Mais venturosas são as famílias onde os filhos são mais numerosos.

Houve, então, avanços inegáveis, mas também fortes persistências no que diz respeito às desigualdades de gênero. A mulher, vista como naturalmente ligada à reprodução e ao lar, seria responsável pela manutenção da casa e criação dos filhos, enquanto restaria, ao homem, a tarefa de cuidar do político e do econômico.

As mulheres seriam, então, naturalmente mais emocionais e parciais, sempre associadas à maternidade, de modo que não estariam aptas à realização de operações que exigissem a racionalidade e a destreza necessárias no âmbito público, conferindo ao indivíduo masculino o poder sobre os outros membros familiares. As mulheres, enquanto “rainha do lar”, e as crianças estariam subordinadas à família e conseqüentemente às decisões do “chefe do lar”.

Em vista disso, quando o discurso que naturaliza a hegemonia masculina não se mostra suficiente, busca-se desqualificar a preleção e as ações das mulheres que conseguem romper o obstáculo que as impedem de ingressar no mercado trabalho. Geralmente, o

---

<sup>11</sup> Porto. A maior riqueza do lar. Revista Ventania. 1955, p. 11.

que ocorre é que a profissional é considerada inconsistente, emocionalmente instável, com baixa autoestima, mais intuitiva que inteligente, menos inclinada ao raciocínio espacial e pouco assertiva, apenas pelo fato de ser mulher.

Nessa direção, constatamos que a discriminação direta e ostensiva, como aparece no artigo acima, normalmente, é imediatamente repudiada. Criam-se, assim, novas formas de discriminação de gênero, por mecanismos de segregação indireta, em que mesmo as práticas sociais aparentemente de “dignidade da pessoa humana”, podem conduzir um impacto desigual.

Dessa maneira, vivemos em uma sociedade que, consciente ou inconscientemente, tem sido idealizada à imagem da família burguesa - o homem como provedor e a mulher limitada aos afazeres domésticos e ao cuidado com as crianças. Devendo permanecer em casa atendendo aos afazeres domésticos e cuidando das crianças. Conforme Guimarães e Murillo Brito<sup>12</sup>,

Assim, a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho durante as décadas de 1940 e 1950 questiona os mecanismos tradicionais de reprodução social ao diminuir a disponibilidade de tempo destinado, pelas mulheres, ao cuidado de suas famílias. Em razão disso, tais mulheres são intimidadas pelos discursos sobre a negligência e a necessidade de se cuidar dos seus reinos, já que elas eram identificadas como “rainhas e administradoras do lar”.

Esses discursos são corroborados por aqueles que possuem condições de regular, controlar e selecionar o que pode e não pode ser feito. Tem-se, assim, que juristas e demais especialistas procuram mostrar jurídica e cientificamente que as mulheres, por uma questão de constituição biológica, são mais frágeis, menos inteligentes e menos racionais. Quando as mulheres escapam das representações destinadas ao seu sexo, são fortemente estigmatizadas e condenadas, seja como filhas de Eva ou como masculinizadas. O olhar moralista prega e reforça, ainda, um tipo de educação que habilitasse a mulher às funções domésticas, a maternidade e a serem “delicadas flores” em seu reino privado, aceitando a absolu-

---

<sup>12</sup> Guimarães; Brito. Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2016, p. 29.

ta dominação masculina. Tratava-se, então, de determinar que o lugar da mulher era o espaço geográfico da casa.

De acordo com Luiz de Aquino<sup>13</sup>,

Vemos hoje a mulher em todos os setores da atividade humana. Lutam e tudo fazem para galgar os postos que sempre foram ocupados pelo homem. São preferidas. Tornam-se independentes financeiramente, enquanto os homens são desalojados de seus postos, preteridos, humilhados e desesperados não poucas vezes! Dizem não haver nada demais! Porém, vemos muita coisa de menos! Menos recato, menos amor ao lar, menos fidelidade, menos filhos para Deus e para a Pátria, e ...

Por meio do trecho acima, podemos notar que os discursos publicados na imprensa araguarina convertem-se em possibilidades de naturalização de valores, modelos e paradigmas que são decalcados na memória coletiva sob a forma de representações, absorvidas como normas e verdades. É importante ressaltar que essas verdades são, no entanto, produzidas, já que

Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha ao compasso da verdade” – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm, por esse motivo, poderes específicos. A produção de discursos “verdadeiros” (e que, além disso, mudam incessantemente)...<sup>14</sup>

Nesse sentido, não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade. Isto ocorre uma vez que os discursos não são neutros, mas produzem estratégias e práticas que tendem a impor, legitimar ou justificar, aos indivíduos, suas escolhas e condutas.

Diante disso, os papéis masculinos e femininos parecem evidentes e naturais, mas, na verdade, estabelecem uma rede de sentidos na qual os valores dados vão construindo, sobre pressupostos binários, nossa concepção de gênero. Dessa maneira, o espaço

---

<sup>13</sup> Aquino. Adeus ao lar. Gazeta do Triangulo, 1946, p. 10.

<sup>14</sup> Foucault. Microfísica do poder. 1979, p. 231.

privado é produzido como prerrogativa feminina, não masculina. Afinal, é no espaço privado que deve ser constituída a intimidade e que conforto e segurança devem ser oferecidos – função exigida das mulheres.

Há que se destacar, ainda, que a negligência de qualquer atividade doméstica por parte da mulher é bem mais reprovável do que por parte do homem. Isso revela a pressão exercida para que as mulheres acumulem funções e não se desvinculem do privado, mesmo que seja elas sejam as provedoras das famílias.

A participação da mulher no mercado de trabalho, entre as décadas de 1940 a 1950, afetou sensivelmente as relações no interior das famílias, provocando mudanças radicais em suas estruturas. Se antes o espaço doméstico era tido como naturalmente feminino, e a mulher era sustentada pelo homem, ao ingressarem no mercado de trabalho, as mulheres passam a deter parte do controle sobre os recursos familiares e desempenham um papel fundamental na vida econômica da família.

Elas não só trabalhavam fora do domicílio, como decidiam sobre o controle da manutenção da casa. O tratamento dado ao trabalho fora de casa passou a ser, para a mulher, o sinal concreto da sua emancipação. Desse modo, a mulher tomou parte de uma luta que a conferia igualdade, dignidade e liberdade, procurando reduzir ao mínimo o seu papel doméstico - privado, e se tornar, portanto, uma engrenagem no processo produtivo, exatamente como o homem.

Durante gerações, o imaginário social supunha que as mulheres ficassem em casa cuidando dos filhos e acreditassem que o trabalho realizado por elas fora da unidade doméstica era desprezível e pobre. Apesar disso, um grande contingente feminino, geralmente provindo das camadas mais empobrecidas, participou da força de trabalho desde o período do Brasil Colônia.

Nos meados dos anos 1940, com o crescimento dos serviços dos setores secundário e terciário, ocorre um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, e da discussão sobre o divórcio. Para Luiz de Aquino, redator do jornal local,

os divorcistas ai estão! Soubessem procurar por esposa a moça recatada, religiosa, amiga do lar e do trabalho doméstico, e não essas ventoinhas de cabeça ôca, não estariam hoje atirando contra a Igreja a “injustiça” da indissolubilidade, a “prisão perpétua” dos pobrezinhos. Vítimas de seus próprios erros e desregramentos, para encobrir a podridão dos seus desejos escandalosos, de aventuras fáceis, procuram “legalizar” o concubinato, que outra coisa não é o divórcio. Saibam os pais educar os fillos, especialmente as filhas, nos princípios salutareis da religião, e veremos frutos abençoados que advirão para a família, para a sociedade, para a Pátria<sup>15</sup>.

É importante mencionar, aqui, que o divórcio no Brasil, foi regulamentado apenas em 1977, sendo que, até então, não era juridicamente possível postular um novo casamento. De fato, o divórcio e o novo casamento já ocorriam antes mesmo da regulamentação pela via de lei, porém, não eram reconhecidos ou aceitos socialmente. Tais práticas eram, então, temas velados, evitados nas redes sociais e familiares, uma vez que equivaliam a um adultério continuado.

Ao fazerem uma análise pejorativa do divórcio, a Igreja e os conservadores colaboram com o afastamento da ameaça de aumento da sexualidade extraconjugal. Auxiliam, também, na fiscalização das formas que as paixões clandestinas poderiam assumir, como proliferação de múltiplas práticas de prazer classificadas como “perversões sexuais e morais”.

É preciso destacar, ademais, que as questões do m recato, do desregramento e dos desejos escandalosos, exploradas exaustivamente e de forma maniqueísta, referem-se diretamente à questão da moral burguesa. Acerca disso, Michel Foucault observa que, para ser dita moral,

Uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, lei ou valor. É verdade se que toda ação moral comporta uma relação ao real em que se efetua, e uma relação ao código a que se refere; mas implica também uma certa relação a si; essa relação não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si enquanto “sujeito moral”, na qual o

---

<sup>15</sup> Aquino. Os divorcistas. Gazeta do Triangulo, 1946, p. 9.

indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e , para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se. Controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se. Não existe ação moral sem “modos de subjetivação”, sem uma “ascética” ou sem “práticas de si” que as apoiem. A ação moral é indissociável dessas formas de atividades sobre si, formas essas que não são menos diferentes de uma moral a outra do que os sistemas de valores, de regras, e de interdições<sup>16</sup>.

Nesse sentido, a moral, enquanto conjunto de valores e regras propostos aos indivíduos e aos grupos como família, a escola, a Igreja etc., permite-nos aprofundar que a sociedade deve ser vista como um processo complexo. Trata-se de um processo que está sempre em transformação, em que novas variáveis podem surgir e as existentes podem mudar, como percebemos por meio do trecho acima.

A partir do momento em que as mulheres araguarinas se movimentam entre o espaço privado e público, novas ideias e formas de interpretar e ver o mundo a sua volta provocam mudanças que vão contra a “natureza” feminina. Tais transformações parecem estar situadas num campo, em princípio, masculino e que, de acordo com a visão católica, traz a marca de uma degenerescência moral imperdoável aos “olhos de Deus”.

Destacamos, então, que, nos anos 1940 e 1950, as mulheres ganham maior visibilidade na sociedade – melhores oportunidades de emprego, o lugar do trabalho feminino separa-se do lar e surgem oportunidades de novas atividades profissionais para elas. Porém, os exercícios de professora e empregada em estabelecimentos comerciais, escritórios e na burocracia configuravam-se como trabalhos que davam continuidade às ocupações tradicionalmente femininas, além de serem marginais ao processo de produção e mal pagos. Além disso, a competição por novos tipos de trabalhos leva à representação da esfera pública em oposição à esfera privada do lar, estabelecendo rígidas linhas de demarcação entre ambas.

---

<sup>16</sup> Foucault, *Ibidem*, p. 28-29.

Assim, marginalização feminina no mercado de trabalho é notória; nesse período, podemos observar que o gênero era um fator determinante para a ocupação de determinados setores. O acesso à educação, que continuava para poucas mulheres, mantendo estreito o leque de opções no campo de trabalho, confirma a segregação profissional.

O magistério é um clássico exemplo dessa divisão sexual, por ser considerada uma profissão em que a mulher reproduz sua atuação doméstica, passando a ser considerada como “profissão naturalmente feminina”, aceita pelos padrões culturais. Mesmo assim, constatamos que tal desempenho é visto como ameaçador para a moralidade das famílias, centrada em torno da “nova mãe”, enquanto o espaço da domesticidade é representado como lugar de calor, harmonia, da intimidade e da ausência de conflitos e o espaço público é representado como perdição, libertinagem, lascívia, depravação etc.

Diante disso, observamos que a sociedade araguarina multifacetada, integrando valores e hábitos típicos do mundo burguês, passou por um processo de modernização cujos reflexos alteraram a vida de todos seus habitantes, principalmente, das mulheres. No período de 1940 a 1950, a população masculina ativa no mercado de trabalho variava de 81% a 85,5% e a feminina girava em torno de 19% a 14,5%, segundo dados de Estatísticas históricas do Brasil - informação de 1990, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda assim, apesar de todos esses fatores contra a inserção da mulher no mercado, sua participação se manteve firme e começou a crescer cada vez mais, mesmo em períodos de crises econômicas.

O estudo de gênero contribuiu amplamente para desconstruir as visões sobre o público e o privado como esferas neutras. O trabalho com essa categoria mostrou que é na relação entre tais esferas que as desigualdades de gênero são produzidas. Ademais, para além de descobrir o caráter generificado do binômio público-privado, um dos pontos fortes da argumentação feminista consistiu em chamar a atenção para a forma como o privado foi desvalorizado na construção política das sociedades. Pode ser constatado, com isso, que fazer do privado um domínio privilegiado, tornando-o assunto público, em uma ordem que pressupõe, como sabemos, a dominação do masculino sobre o feminino, é tarefa essencial no processo de obtenção de igualdade social.



Dado que os papéis e versões do feminino e do masculino são culturais e históricos, é fundamental romper com a ideologia que encobre as relações sociais de gênero, retirando a mulher da sombra que a obscurece e apaga os seus feitos sociais. Esse apagamento é notável quando observamos que, tradicionalmente, quase não há menção sobre as mulheres na história oficial.

Entretanto, estudos realizados especialmente a partir de 1980 apresentam uma releitura da participação feminina na história da humanidade, evidenciando que, apesar da opressão e submissão das mulheres, podem ser resgatados inúmeros movimentos de resistência e atuação na esfera pública. Tal perspectiva é evidenciada por pesquisas históricas que resgatam a forte atuação das mulheres em lutas sociais, percebidas como sujeitos históricos capazes de transformarem seu espaço e lutarem por direitos e conquistas sociais.

Os discursos transcritos da revista *Ventania* e do *Gazeta do Triângulo*, não só reforçam uma aparente essência do que é ser homem e mulher, uma identidade à qual mulheres e homens não são convidados a interferir, mas mantêm intactos todos os preconceitos que diz eliminar. Deste modo, os textos corroboram as ideias de que as mulheres não devem ser homens, porque isso vai contra sua natureza e elas não têm capacidade para tal, enquanto o homem não deve se rebaixar à condição de uma mulher.

Notamos, então, que “fazer o sujeito acreditar que a opressão, a exclusão e a incapacitação são naturais ou desígnios divinos, e não algo constituído socialmente”<sup>17</sup>, colabora para que, a mulher, enquanto sujeito historicamente constituído, relaciona-se com o mundo social como sujeito múltiplo, personagem de uma teia de relações sociais que se entrelaçam, organizando-se e reorganizando-se continuamente.

Após o exposto, é possível inferir que, em Araguari, nas décadas de 1940 e 1950, a esfera da vida pública era desvalorizada como espaço nocivo e ameaçador à presença feminina. Pudemos perceber, ainda, que o pudor e o lar eram eleitos como as características “naturais” mais importante da mulher, de modo que o espaço atribuído à mulher casta era a esfera privada do lar. Dessa maneira, quem se

---

<sup>17</sup> Veiga-Neto. *Ibidem*, p. 110.

desviasse desse caminho, sofreria estigmatização de ordens física e moral, reforçando as desigualdades entre homens e mulheres.

## **Bibliografia**

ALAMY, João. Profissões. Revista Ventania, 10, 1955, p.18.

ALMEIDA, Suely Souza. Violência de gênero: público X privado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.

AQUINO, Luis. Adeus ao lar. Gazeta do Triangulo, 1946, p. 10.  
\_\_\_\_\_. Coisas que não convém dizer...Gazeta do Triangulo, 1944, p. 3.

BASSANEZI, Carla. Virando as páginas, revendo as mulheres - relações homem-mulher e revistas femininas, 1945- 1964. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

COLLING, Ana Maria. Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino. Dourados: Edufgd, 2014.

CONNELL, Raewyn. Gênero em termos reais. São Paulo: nVersos, 2016.

COSTA, Ana Alice. La mujer en el poder local en Bahia/Brasil. 418. Tese (Doctorado en Sociologia) - Universidad Nacional Autonoma de Mexico. Mexico, 1995.

DUARTE, Newton. A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 2.ed. Campinas: Autores associados, 1999.

FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

\_\_\_\_\_. História da Sexualidade II - o uso dos prazeres. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. QUANTIDADE-QUALIDADE: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos;

GAMBOA, Silvio Sánchez (Org.). Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 2009. p. 84-107.

GUIMARÃES, Nadya; BRITO, Murillo de. Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 90, 2016, p.29.

OKIN, Susan. Gênero: o público e o privado. Revista estudos de gênero, Florianópolis: 16(2), maio-ago. 2008, p. 307-311.

PORTO, Alice. A MAIOR RIQUEZA DO LAR. REVISTA VENTANIA, 10, 1955, p. 11.

SILVA, Josiane Emilia da. “Enfrentando lutas, superando desafios”: ganhos e conquistas das mulheres brasileiras no século XX. Revista Eletrônica da Univar, n. 7, p. 58-61, 2012. <http://revista.univar.edu.br>

ULLEROT, Evelyne. A história e a sociologia da mulher no trabalho. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1970.

TOLEDO, Regina Antônia G. de et al. A dominação da mulher: os papéis sexuais na educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.